

Parlamento Europeu aprova Orçamento da União para 2002



O Parlamento Europeu aprovou, na Sessão Plenária de Dezembro, em Estrasburgo, o Orçamento da União Europeia para 2002.

O Deputado do PSD Carlos Costa Neves, **Relator-Geral do Parlamento Europeu para o Orçamento**, no final da votação do seu Relatório, mostrou "*satisfação pelo expressivo resultado*" da votação: 429 votos a favor, 40 contra e 5 abstenções.

texto na pág. 5

Director: Carlos M. Coelho - rue Wiertz - ASP 8E150 - 1047 Bruxelles - tel(02)284 5551, fax (02)284 9551 JANEIRO - 2002

Depois do Euro

O Euro está aí !

A moeda única é, neste momento, a mais visível expressão da capacidade de realização da Europa comunitária. Mas esgotado o curto espaço de transição e banalizada a sua utilização a UE tem de fazer face a outros desafios: o **alargamento**, a **reforma das instituições** e a criação do **Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça** e a **luta contra o terrorismo**.

Em Laeken aprovou-se uma Declaração sobre o futuro da Europa e deu-se mandato à "*Convenção*" que vai preparar a próxima Conferência InterGovernamental. Se a *Convenção* responde ao **défice democrático** associando o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais **obriga todos os países mas especialmente os mais pequenos** a concertarem as suas posições. Não tenhamos dúvidas: **há agendas nacionais escondidas** por detrás das agendas europeias. Neste número de *Carta da Europa* damos conta das iniciativas do Deputado Sérgio Marques para impedir que as **Políticas de Coesão** deixem de ser uma obrigação comunitária e garantir a continuação dos Fundos.

Para além do esforço dos Deputados portugueses e em especial do PSD, é **necessário, em Lisboa um governo pró-europeu** que, com eficácia e inteligência, **saiba defender os interesses nacionais**.

Também por isso vale a pena **colaborar na mudança**.

Carlos Miguel Coelho

Em favor da Política de Coesão

Propostas de Sérgio Marques pág. 3

Prémio Sakharov 2001

Intervenção de D. Zacarias Camuenho pág. 4

PE discute genética humana

Intervenção de Jorge Moreira da Silva pág. 6

Traçado do IC - 1

Regina Bastos apresenta queixa em Bruxelas pág. 8



Arlindo Cunha defende Acordos de Pesca



O Deputado Arlindo Cunha defendeu que "o debate sobre o acordo de pesca da União Europeia com a Mauritânia, constitui uma boa ocasião para uma **reflexão política sobre os acordos internacionais de pesca**".

Arlindo Cunha salientou "a **importância económica e social desses acordos para a União Europeia**. Deles depende 50% do abastecimento do nosso mercado. O estudo do IFREMER de 1999 revela claramente que cada euro de compensação pago pela UE, no quadro dos acordos de pesca, é multiplicado por quatro em termos de criação de riqueza na UE".

Arlindo Cunha, destacou também "a **importância dos acordos de pesca para a economia dos países em vias de desenvolvimento**. Sendo evidente que a UE não pode cair num paternalismo prepotente de impor aos países beneficiários a afectação da compensação financeira que lhes paga, tem, apesar disso, tido a diplomacia suficiente para que uma percentagem relevante seja aplicada no próprio sector da pesca, designadamente em

áreas de formação profissional, investigação, controle e fiscalização, etc.

E convida a este respeito sublinhar, acrescentou, que a frota da UE é, de entre toda as frotas internacionais, a que pratica uma pesca mais responsável, por imposição da nossa própria Política Comum de Pescas".

Para Arlindo Cunha, "é fundamental que os acordos de pesca da UE com países terceiros continuem a ter um lugar de relevo no contexto da Política Comum de Pescas".

Sobre o Acordo com a Mauritânia, o mais importante em volume de compensação financeira a seguir ao da Gronelândia, Arlindo Cunha destacou a emenda aprovada pela Comissão das Pescas no sentido de "que as quotas sejam redistribuídas por outros Estados Membros no caso de aqueles a quem se destinam primariamente não as utilizarem.

Este princípio deverá doravante ser aplicado em todos os acordos de pesca celebrados pela União Europeia com países terceiros, e não apenas com os países ACP".

Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça na UE

O Deputado Carlos Coelho afirmou que "pouco mais de 2 anos depois de Tampere e da entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, em que a União se propôs atingir o objectivo de criar um **Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, para garantir aos cidadãos um elevado nível de protecção e segurança**, bem como o pleno respeito dos seus Direitos Fundamentais, é importante assinalar que foram feitos progressos enormes, mas por outro lado ainda existem muitos obstáculos a ultrapassar".

Carlos Coelho, numa intervenção no Plenário do Parlamento Europeu, salientou que "a União orgulha-se e bem da sua defesa permanente pelo respeito dos direitos do Homem no mundo e dentro do espaço comunitário. A Carta dos Direitos Fundamentais recentemente proclamada reforçou esse nosso compromisso e o **Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça só faz sentido com as 3 componentes sem que qualquer delas prejudique as restantes**. Os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro, e a atenção acrescida dedicada às medidas relativas à segurança não podem desvirtuar essa abordagem fundamental; Sendo necessário dar resposta às expectativas dos cidadãos em termos de luta contra o terrorismo, há que ter o especial cuidado de não cair em excessos e exageros, ou seja 'o

tudo pela segurança' ".

Carlos Coelho recordou que "o empenhamento dos Estados Membros na construção de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça foi mais uma vez reafirmado com o último Conselho JAI; é fundamental que dentro deste espaço os cidadãos possam gozar do direito de se expressar, manifestar e reunir livremente e de forma pacífica, desde que o façam de maneira que não constitua uma ameaça quer à sua própria segurança, quer à segurança dos outros cidadãos ou bens.

Também aqui, sublinhou, não devemos cair em exageros: qualquer indivíduo ou grupos de **pessoas que desejem participar em manifestações legítimas, não deverão ser bloqueados nas fronteiras**, ou seja, não lhes pode ser negado o direito de passagem de fronteiras, e assim, ser-lhes restringida a sua liberdade de circulação, que é, aliás, um direito fundamental e pessoal conferido a todos os cidadãos da União, pelo Tratado. É que a segurança é apenas um instrumento para assegurar essa liberdade. **A segurança perde sentido quando prejudica a liberdade. Segurança sem liberdade é tirania**".



Contra a renacionalização da Política de Coesão

O Deputado Sérgio Marques viu aprovado pela Comissão da Política Regional do Parlamento Europeu um texto seu que rejeita liminarmente **"qualquer tentativa de 'renacionalização' da política de coesão da União Europeia", por "implicar uma desresponsabilização injustificável da União Europeia no tocante ao combate às assimetrias regionais"**.

Trata-se de uma das quatro emendas da autoria de Sérgio Marques que foram aprovadas no âmbito da discussão, em sede de comissão, do Relatório Mussoto sobre a coesão económica e social.

Para Sérgio Marques, *"a proximidade do alargamento e o agravamento enorme dos desequilíbrios regionais daí decorrentes tornam imperiosa uma revitalização da política de coesão económica e social da UE."*

O caminho tem de ser o reforço deste pilar fundamental da construção europeia e não o da 'renacionalização' desta política, como defendeu recentemente a Alemanha, em claríssima contradição, aliás, com a defesa, que em simultâneo também fez, da aplicação de um modelo puramente federal para a UE."

Na verdade, acrescenta Sérgio Marques, a qualquer modelo federal está inerente uma política de redistribuição de recursos dos seus territórios mais ricos a favor dos mais pobres."

Sérgio Marques defende que, na próxima reforma institucional, *"pelo contrário, a política de coesão económica e social deverá não ser só mantida ao nível comunitário, como ainda reforçada nos recursos financeiros ao seu dispor. Só assim haverá condições para garantir uma efectiva*

solidariedade europeia".

Numa outra alteração proposta por Sérgio Marques afirma-se que *"os desequilíbrios regionais excessivos constituem uma ameaça, tanto económica, como política para a União Europeia"*.

Sérgio Marques considera que *"não há união política viável assente em desequilíbrios regionais excessivos. A Europa ou é coesa ou não se fará."*

Foi esta percepção que tiveram homens como Helmut Kohl e Jacques Delors, sem os quais não teria sido possível efectuar duas duplicações dos recursos financeiros afectos aos Fundos Estruturais, com o objectivo de ajudar as regiões europeias mais desfavorecidas a fazer face a importantes desafios como o da realização do Grande Mercado Interno e da União Económica e Monetária".

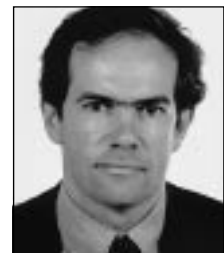
A Europa ou é coesa ou não se fará.

Foi esta percepção que tiveram homens como Helmut Kohl e Jacques Delors, sem os quais não teria sido possível efectuar duas duplicações dos recursos financeiros afectos aos Fundos Estruturais, com o objectivo de ajudar as Regiões europeias mais desfavorecidas...

O Deputado social democrata fez aprovar também uma alteração no sentido de os relatórios sobre a Coesão Económica e Social elaborados pela Comissão Europeia não se limitarem aos efeitos sobre a coesão das políticas comunitárias, mas também que passem a integrar uma avaliação da contribuição das diferentes políticas nacionais para o esforço de aproximação entre as regiões mais ricas e as mais pobres.

Sérgio Marques considera *"inaceitável, como exemplo, que a solidariedade nacional seja inferior à solidariedade europeia em regiões como a Madeira"*.

A Comissão da Política Regional do Parlamento Europeu aprovou ainda outra alteração do Deputado Sérgio Marques em que se defende a *"implementação de um sistema de monitorização do diferente impacto na coesão europeia das diversas políticas comunitárias"*.



Prémio Sakharov para D. Zacarias Camuenho



D. Zacarias Camuenho foi galardoado com o Prémio Sakharov para a liberdade de pensamento. Na Sessão Solene da entrega do Prémio, D. Zacarias produziu a interven-

ção de que Carta da Europa reproduz o essencial:

Disse eu, há dias, que nos catorze anos de guerra anti-colonial houve um, 1973, que registou um índice de crescimento financeiro nunca atingido, enquanto que nos vinte e cinco anos de guerra civil apenas registamos um decréscimo que se acentua de dia para dia, sobretudo a partir de 1998. A fome, a nudez e as doenças criaram imagens que, se fossem captadas e projectadas nos ecrãs dos senhores da guerra, talvez estes perdessem também o sono nessa noite e começassem a pensar em Angola. A sub-nutrição, em certas províncias, assume a cifra de 47% como é provado pelo apelo da ajuda humanitária lançado recentemente pelas Nações Unidas.

Falar de tolerância no meu país tem sido muito difícil porque as raízes da intolerância são profundas por se ancorarem na bipolarização política entre os dois partidos mais votados: MPLA e UNITA. Nesse clima, o discurso sobre a tolerância é visto ou como traição a estes partidos mais votados - e por ironia beligerantes -, ou como reacção retrógrada se vem de pessoa independente.

Neste clima, falar de mudança significaria alternância de poder com o rival; mas, para nós, igreja e sociedade civil, a mudança para já seria aceitar a tolerância como questão de sobrevivência que, portanto, se impõe desde as bases às cúpulas, desde os partidos políticos ao governo, desde a sociedade civil e as próprias igrejas ao projecto nacional. A tolerância é a palavra-chave, como nos diz Locke, se quisermos encontrar uma base humana integradora da resolução de conflitos, incluindo o nosso, rumo a um desenvolvimento harmónico. No caso angolano a tolerância concretizar-se-ia no aspecto peculiar da reconciliação nacional, cujos fundamentos só podem ser encontrados no diálogo permanente e inclusivo, capaz de quebrar este ciclo permanente de guerras.

A tolerância supõe solidariedade e fraternidade, e a lição que aprendemos desta Europa é a lição que emerge desta magna Assembleia, aqui e agora reunida. A fraternidade humana, infiltrando todas as nossas facetas de relacionamento, chama também a atenção para o lado económico e seus equívocos. Neste "Sul" em que estamos inseridos, as riquezas tanto são geradoras de guerras como de sinais de solidariedade. Falando concretamente da exploração extractiva, diria que já é tempo de se incrementar aquela transparência que dificultaria o financiamento de conflitos, mas também fomentaria a concretização de investimentos sociais com impactos na qualidade de vida dos cidadãos, e isto por direito próprio e não por aparente benevolência.

Para terminar, retomo o pensamento que movimentou a campanha que me traz hoje a esta tribuna do Prémio Sakharov: ajudai Angola a viver! Foi o desafio que a igreja católica lançou em 1986 à União Soviética e aos Estados Unidos ao fazer o balanço dos primeiros dez anos da independência nacional. Passados outros dezasseis anos em guerra, lançamos o mesmo grito. Desta vez a quem? Ao MPLA e à UNITA armada, aos quais



repetimos com o coração dilacerado: são vinte e seis anos da história manchada de sangue, sangue de irmãos derramado por irmãos, e fechar as portas ao diálogo seria abri-las a uma guerra sem fim à vista. Lê-se na mensagem pastoral dos bispos.

Hoje, perante a confiança da União Europeia, cujos parlamentares depõem em nossas mãos o prestigioso Prémio Sakharov, rogo humildemente um cessar-fogo bilateral e simultâneo que abra caminho à cessação de hostilidades, conforme o nosso apelo tantas vezes formulado. Porque ainda vamos a tempo de recuperar o tempo perdido. Agostinho Neto, primeiro presidente, deixou-nos estes misteriosos versos que transcrevo:

*Eu já não espero
Sou aquele por quem se espera*

Cada angolano é aquele por quem se espera. Ajudai-o a viver! Esta é a razão por que a componente financeira deste Prémio se destina ao Fundo Ecuménico para a Paz, isto é, para promover acções de formação no seio das comunidades em prol da paz e da reconciliação nacional.

Portanto, amigos, ajudai Angola a viver! Muito obrigado!

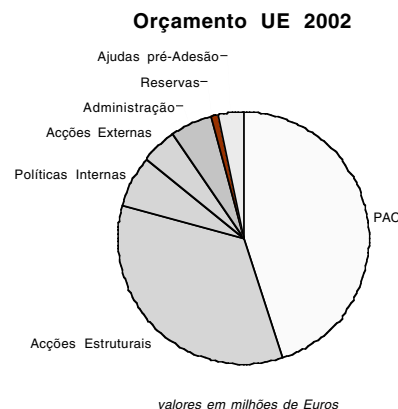
Parlamento Europeu aprova Orçamento da UE

Para Costa Neves, "o papel do Relator-Geral, para além de propor o 'caminho', é também o de encontrar consensos: entre as várias Instituições da União em primeiro lugar, mas também entre os vários grupos políticos e entre os Estados-membros. A atitude construtiva dos dois ramos da autoridade orçamental, o Parlamento e o Conselho Europeus, e o apoio da Comissão, possibilitaram, ao longo das várias fases do complexo processo orçamental, encontrar resposta para um conjunto de novos desafios, assegurar o cumprimento de compromissos anteriores, corresponder, no essencial, às prioridades definidas para 2002".

Numa apreciação dos resultados obtidos, durante o debate final do Orçamento para 2002 Carlos Costa Neves distinguiu "o estabelecimento de melhores condições para continuar a melhorar a execução do Orçamento e a garantir-lhe maior eficácia".

Costa Neves salientou ainda o facto de "pela primeira vez, o Conselho ter aceite emendas, aprovadas na 1ª leitura do Parlamento, no âmbito da Política Agrícola Comum, o que perspectiva novas possibilidades de cooperação e de ter sido possível corresponder a novas necessidades decorrentes da não realização do Acordo de Pescas com Marrocos e do impacto do alargamento, através do financiamento de um programa de reconversão de frotas de Portugal e de Espanha e de apoio específico a certas regiões fronteiriças".

Para Carlos Costa Neves, ficou também assegurado "o respeito pelos compromissos anteriormente assumidos, quer no contexto da Agenda 2000 quanto à Política Agrícola Comum e aos



PAC	44.255
Acções Estruturais	33.838
Políticas Internas	6.558
Acções Externas	4.803
Administração	5.177
Reservas	676
Ajudas pré-Adesão	3.328
Total	98.635

Fundos Estruturais, quer quanto a programas fruto de co-decisão, quer, ainda, no domínio da acção externa".

Quanto aos novos desafios que se perfilam para o futuro, Costa Neves salientou que "as dotações necessárias para as despesas das categorias 3 (Políticas Internas), 4 (Políticas Externas) e 5 (Despesas Administrativas) estão sujeitas a uma enorme pressão e o facto de, por agora, a situação estar controlada não nos deve iludir. Os problemas tornar-se-ão a pôr nos próximos anos e as soluções serão cada vez mais difíceis. Quanto às tarefas para o futuro e ao novo papel do PE no processo orçamental, cá estamos para as enfrentar".

Angola: Pacheco Pereira salienta papel activo dos Deputados portugueses

José Pacheco Pereira, Vice-Presidente do Parlamento Europeu e Coordenador dos Deputados do PSD no PE, afirmou "que os Deputados portugueses assumem as suas responsabilidades no Parlamento Europeu e têm tido um papel activo relativamente à situação em Angola. Foi assim na crise dos reféns portugueses em Cabinda, nas várias resoluções de apoio à paz em Angola e agora no apoio à candidatura de D. Zacarias Camuenho ao Prémio Sakharov".

Pacheco Pereira, que intervinha num jantar

promovido pelos Deputados portugueses de homenagem ao Arcebispo do Lubango, salientou a sua "satisfação por, durante o actual mandato, o Prémio Sakharov ter sido atribuído a dois representantes da lusofonia: Xanana Gusmão e D. Zacarias Camuenho".

Falando em nome do PSD e do Partido Popular Europeu, Pacheco Pereira sublinhou "o facto de este partido europeu ter tido um único candidato ao Prémio Sakharov: D. Zacarias Camuenho. Porque esta candidatura corresponde aos valores defendidos pelo nosso grupo e aos valores defendidos por outros laureados com o Prémio Sakharov, nomeadamente Nelson Mandela, Rugova e Xanana Gusmão".

PE discute Genética Humana ... sem conclusões



O Deputado Jorge Moreira da Silva, lamentou a rejeição pelo Plenário do Parlamento Europeu das conclusões do trabalho da Comissão Temporária para a Genética Humana.

Jorge Moreira da Silva, que fez parte dessa Comissão, cujo trabalho decorreu durante um ano, considerou que "face à obsolescência legislativa no campo da genética humana, que tem sido responsável, na Europa, tanto pelo aventureirismo de alguns cientistas como pela falta de competitividade do sector, é lamentável que o Parlamento Europeu não tenha conseguido desenhar um quadro legal harmonizado para matérias como os testes genéticos, os biomedicamentos, a utilização de dados, a patenteabilidade e, principalmente, a investigação sobre células estaminais e embriões".

Jorge Moreira da Silva responsabiliza por este fracasso

aqueles que, "chegada a hora de legislar, ao invés de procurarem consensos que simultaneamente respeitassem os princípios éticos da dignidade e integridade da vida humana mas também a promoção do bem-estar social e da saúde humana, tenham preferido radicalizar posições e, dessa forma, permitir que o livre arbítrio e o aventureirismo floresçam".

Jorge Moreira da Silva afirmou que, "foi pensando na possibilidade deste desfecho, que lutei pela definição de uma solução de compromisso que passaria por:

1) - Proibir, a nível europeu, a criação de embriões humanos por clonagem (para fins terapêuticos como para fins reprodutivos). Por três razões:

- a) A clonagem pressupõe uma abordagem descartável e utilitarista do embrião humano, atribuindo-lhe a função de banco de células, o que é incompatível com a dignidade da vida humana;
- b) Não podemos abdicar de lutar pelo

aparecimento de outras técnicas que acarretam as mesmas vantagens, em matéria de saúde humana, da clonagem terapêutica, sem ter os seus inconvenientes éticos. Seria um erro que o legislador, à custa de tanto querer dar luz verde a esta técnica, abdicasse de sinalizar, aos cientistas e à indústria, que a prioridade deve passar pelo desenvolvimento de técnicas, algumas delas hoje pouco desenvolvidas e muito dispendiosas (como a manipulação com células adultas), mas relativamente às quais ainda existe um amplo campo de exploração.

c) A criação de embriões através da transferência do núcleo de células facilitaria a clonagem para efeitos reprodutivos (consensualmente considerada aberrante). Foi, aliás, por essa razão que o Tribunal Constitucional inglês recusou, há duas semanas, a legislação que autorizava a clonagem terapêutica.

2) - Contudo, esta proibição deveria admitir três excepções (fortemente controladas e regulamentadas):

- deveria ser permitida a investigação sobre embriões supranumerários (criados para efeitos de fertilização in vitro mas cuja implantação, nos pais genéticos, deixou de ser possível e por isso se encontram congelados, destinando-se à destruição);
- deveria ser permitida a investigação sobre as 64 linhas celulares já existentes;
- deveria ser permitida a investigação de células estaminais embrionárias ou fetais resultantes de abortos espontâneos ou terapêuticos".

... é lamentável que o Parlamento Europeu não tenha conseguido desenhar um quadro legal ...



Pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE



Regina Bastos apoia PME's criadoras de emprego

A Deputada Regina Bastos defendeu que *"nos últimos anos as Pequenas e Médias Empresas e as Micro-empresas têm sido responsáveis pela criação do maior número de novos postos de trabalho e que o lançamento da Iniciativa a favor do Crescimento e do Emprego é um passo muito positivo para o aumento e a melhoria das perspectivas de emprego na União Europeia"*.

Regina Bastos criticou o facto de *"alguns países terem um nível de utilização elevado dos vários programas e outros registarem uma taxa de utilização reduzida ou nula e reclamou alterações, designadamente no que toca ao acesso transparente às informações, à simplificação dos processos de apresentação de candidaturas, e à celeridade na atribuição das verbas"*.

A este propósito, Regina Bastos referiu que *"Portugal está entre os EM's que não foram abrangidos pelo programa MTE-Apoio ao Arranque, orientado para investimentos de fases iniciais em domínios de alta tecnologia"*.

Já no que se refere ao Mecanismo de Garantia às PME - no período em referência, 31 de Dezembro de 2000 - a taxa de utilização é bastante reduzida. Segundo os dados preliminares fornecidos pelos intermediários financeiros, *foram apenas 8 as pequenas e médias empresas portuguesas beneficiadas por uma garantia ao abrigo deste mecanismo, enquanto que em Espanha foram 2.812"*.



Costa Neves quer mais flexibilidade no Orçamento

No debate sobre o Orçamento da União para 2002, o Deputado Carlos Costa Neves afirmou que *"é de distinguir e de lamentar a rigidez da estrutura orçamental decorrente das Perspectivas Financeiras em vigor que leva a que, em algumas categorias existam saldos de monta e noutras a situação seja cada vez mais complicada"*.

Quem pode compreender que, com as dificuldades existentes em vários domínios, como nas acções externas por exemplo, se tenha verificado, no ano

2000, um saldo de 11.000 milhões de euros, cerca de 14% da despesa total?

Haja a coragem de adoptar, a tempo, as soluções que, neste caso, são tão óbvias!"

O Deputado social democrata defendeu ainda que *"é preciso que se reafirme que a divisão das despesas do Orçamento em 'obrigatórias' e 'não obrigatórias' é completamente anacrónica e, à luz dos mais elementares princípios da democracia, é inaceitável que a competência efectiva do Parlamento se limite às despesas 'não obrigatórias', cerca de metade do Orçamento e incompreensível que não tenha qualquer tipo de competência quanto ao sistema de receitas"*.



Carlos Coelho quer mais cooperação na luta contra o terrorismo

O Deputado Carlos Coelho apoiou as medidas propostas pela Comissão Europeia de maior cooperação na luta contra o terrorismo e na construção do espaço judiciário europeu.

Carlos Coelho considerou que *"a Europa tem de cooperar de forma mais eficiente na luta contra o terrorismo, quer no seu seio, quer à escala internacional. Para nós, é claro que o terrorismo constitui uma das maiores ameaças contra a democracia, o livre exercício dos Direitos do Homem e o desenvolvimento económico e social"*.

O Deputado social-democrata recordou que *"o terrorismo não é um fenómeno recente, mas assistiu-se nos últimos anos a um aumento das actividades terroristas, com uma mudança profunda na natureza das infracções terroristas, (surgindo ameaças novas), e pela utilização de novos e muito mais sofisticados instrumentos, o que leva a que os efeitos reais ou potenciais desses ataques sejam cada vez mais devastadores e mortais"*.

Os terríveis acontecimentos de 11 de Setembro vieram mostrar, dolorosamente, esta realidade, bem como a urgência de se encontrar uma resposta efectiva para este flagelo; Reveste-se, assim, de uma importância vital que os nossos Estados Membros disponham de uma legislação penal efectiva para combater o terrorismo e que sejam adoptadas medidas com vista ao reforço da cooperação policial e judiciária, bem como da cooperação ao nível internacional".



Traçado do IC-1 Regina Bastos apresenta queixa em Bruxelas

A Deputada Regina Bastos, apresentou uma queixa à Comissão Europeia referente à construção do IC-1, no troço entre Angeja e Maceda.

Regina Bastos aponta, na sua queixa, **eventuais irregularidades** na definição do traçado do IC-1 adoptado pela concessionária que vai proceder à execução da obra.

Salienta que o traçado inicialmente previsto, que se desenvolvia a Poente do caminho de ferro e que serviu de traçado-base ao concurso público internacional, veio, posteriormente, a ser abandonado.

Na verdade, o consórcio LusoScut – Auto-Estrada da Costa de Prata, S.A, que ganhou o referido concurso apresentou uma **proposta alternativa que veio a afastar-se radicalmente do traçado-base** e que não respeita os Planos Directores Municipais de Estarreja e de Ovar, **constituindo um grave obstáculo ao desenvolvimento sócio-económico dos concelhos de Estarreja e da Murtosa.**

Na queixa dirigida à Comissão Europeia, Regina Bastos sublinha manifesta violação das regras estabelecidas no Despacho Conjunto nº421-A/98, dos Ministros das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território que aprovou o programa de concurso e o caderno de encargos relativos a esta obra.

Costa Neves chefia Missão no Camboja

O Deputado Carlos Costa Neves foi designado chefe da missão de observadores da União Europeia que irá acompanhar as eleições locais no Camboja, que terão lugar no próximo dia 3 de Fevereiro.

A missão da União Europeia é composta por 90 observadores, 30 dos quais permanecerão cerca de 53 dias no Camboja e os outros 60, 11 dias.

Costa Neves destacou o facto de *"ser a primeira vez que a União Europeia envia observadores para uma eleição local"*. Na sua opinião, tal missão justifica-se plenamente *"pelo que estas eleições representam no processo de democratização do Camboja, país que, como todos sabem, sofreu múltiplas vicissitudes"*.

Numa viagem preparatória, Carlos Costa Neves contactou com os membros do Governo responsáveis pelo acto eleitoral, com a Comissão eleitoral, com representantes dos partidos políticos concorrentes às eleições e com os representantes da União Europeia e dos Estados-membros no Camboja.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: Carlos Miguel Coelho Redacção: José Luís Fernandes e Sandra Nunes

Ilustrações: Júlio Pisa

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551